
**ANÁLISE GEOGRÁFICA COMPARATIVA DO TRABALHO
NOS CINCO PRINCIPAIS MUNICÍPIOS SOJICULTORES
DO RIO GRANDE DO SUL**

**ANÁLISIS GEOGRÁFICO COMPARATIVO DEL TRABAJO EN
LOS CINCO PRINCIPALES PRODUCTORES DE SOJA
DE RIO GRANDE DO SUL**

**COMPARATIVE GEOGRAPHICAL ANALYSIS
OF THE WORK IN THE FIVE MAIN SOYBEAN FARMERS
OF RIO GRANDE DO SUL**

Henrique Rudolfo Hettwer¹
henriquehettwer@gmail.com

Eduardo Schiavone Cardoso²
educard2016@gmail.com

Resumo: Este artigo se insere em ampla pesquisa acerca da hegemonização do espaço rural brasileiro com a sojicultura. A cultura apresenta um viés agroexportador, fundado em um modelo neoliberal que oligopoliza o campo. A cadeia produtiva baseia-se na biotecnologia transgênica, em agrotóxicos e na mecanização, altamente especulativa, de natureza exógena. Uma das consequências do modelo dominante é a precarização do trabalho nos espaços geográficos que hegemoniza, em análise específica dos cinco principais municípios sojicultores do Rio Grande do Sul, comparada com outros municípios. Apesar das promessas de geração de emprego e renda, a matriz produtiva sojicultora não democratiza a reprodução do capital que gera às populações regionais. O capital é gerado, mas se concentra em oligopólios nacionais e estrangeiros; e não se reproduz na remuneração salarial e na geração de empregos, provocando a maior vulnerabilidade social dos municípios sojicultores.

Palavras-chave: Sojicultura; empregabilidade; precarização; vulnerabilidade.

Resumen: Este artículo es parte de una amplia investigación sobre la hegemonización del espacio rural brasileño con la soja. La cultura presenta un sesgo agroexportador, fundado en un modelo neoliberal que oligopoliza el campo. La cadena productiva se basa en biotecnología transgénica, plaguicidas y mecanización, altamente especulativa, de carácter exógeno. Una de las consecuencias del modelo dominante es la precariedad del trabajo en los espacios geográficos que domina, en un análisis específico de los cinco principales municipios sojeros de Rio Grande do Sul, en comparación con otros municipios. A pesar de las promesas de generación de empleo e ingresos, la matriz productiva de la soja no democratiza la reproducción del capital que genera para las poblaciones regionales. El capital se genera pero se concentra en oligopolios nacionales y extranjeros; y no se reproduce en la remuneración salarial y generación de empleo, provocando mayor vulnerabilidad social en los municipios sojeros.

Palabras clave: Cultivo de soja; empleabilidad; precariedad; vulnerabilidad.

Abstract: This article is part of a broad research on the hegemonization of the Brazilian rural space with soybean farming. The culture presents an agro-export bias, founded on a neoliberal model that oligopolizes the countryside. The production chain is based on transgenic biotechnology, pesticides

¹ Mestrando em Geografia, Universidade Federal de Santa Maria.

² Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria.

and mechanization, highly speculative, of an exogenous nature. One of the consequences of the dominant model is the precariousness of work in the geographical spaces that it hegemonizes, in a specific analysis of the five main soy-growing municipalities in Rio Grande do Sul, compared to other municipalities. Despite the promises of generating employment and income, the productive matrix of soybean farmers does not democratize the reproduction of the capital it generates for regional populations. Capital is generated but concentrated in domestic and foreign oligopolies; and it is not reproduced in salary remuneration and job creation, causing greater social vulnerability in soy-growing municipalities.

Keywords: Soybean farming; employability; precariousness; vulnerability.

INTRODUÇÃO

A soja, no Brasil, alcançou uma relevância extraordinária, em dinâmicas controversas, especialmente nos últimos 50 anos, desde a égide da propugnada “Revolução Verde”. Há anos, configura o topo da balança comercial brasileira, ou seja, o que mais o país oferta comercialmente ao mundo. Em 2022, foram comercializadas 78,9 milhões de toneladas, que renderam U\$ 46.664.300.000 (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022)

Para se impor, o agronegócio e seus agentes estabelecem uma narrativa potente que quer exigir a concordância de toda a sociedade de que o *modus operandi* praticado é vital para as necessidades brasileiras e mundiais. A sojicultura, sob o modelo hegemônico, oligopolizado, de cultivo transgênico, contribui para agravar um processo neoliberal de reprimarização, desnacionalização e desindustrialização brasileira. Nesse sentido, este artigo busca problematizar algumas das consequências econômicas e sociais que vem provocando nos territórios em que consolida sua primazia, especialmente sobre o trabalho.

O estudo objetiva analisar e discutir os efeitos deste hegemonismo sobre o trabalho nos cinco principais municípios sojicultores do estado do Rio Grande do Sul em área produzida, para refletir a eficácia do modelo vigente sobre as populações, inclusive em comparação com outras realidades econômicas. O agronegócio oligopolista brasileiro goza de diversos benefícios fiscais que seriam justificados pela sólida geração de emprego e renda que derivam. Contudo, esses benefícios não alcançam as trabalhadoras e trabalhadores rurais e urbanos na proporção alardeada e no gigantismo de seus privilégios, consagrados em legislações e financiamentos.

A mola propulsora para a reprimarização brasileira agroexportadora é o Estado, através do crédito rural e sua configuração, que incentiva prioritariamente a produção monocultora em grandes propriedades rurais. “O principal instrumento que viabilizou o novo modelo agrícola, calcado na tecnificação e utilização maciça de insumos industriais, no aumento das exportações de produtos agrícolas foi o crédito rural” (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 22).

O Plano Safra 2022/2023, conjunto de financiamentos à produção agropecuária brasileira, totaliza R\$ 340,88 bilhões, segundo o governo federal (MAPA, 2022). Deste montante, disponibilizado por diversos agentes financeiros públicos e privados, **R\$ 243,52 bilhões** serão unicamente destinados a produtores rurais e empresas agrícolas com faturamento superior a R\$ 2,4 milhões, ou seja, grandes latifúndios, o que compreende **71,44% do total creditado**. Segundo o IBGE (2017), a agricultura familiar reúne 77% dos estabelecimentos rurais brasileiros, que respondem por 11% da produção de arroz, 42% do feijão preto, 70% da mandioca, 71% do pimentão e 45% do tomate; na pecuária, produzem 64% do leite de vaca do país e concentram 31% do rebanho bovino nacional, 51% dos suínos e 46% das galinhas. Mas receberá **R\$ 53,61 bilhões**, ou seja, **15,72%**; e as médias propriedades, de resultado financeiro anual de até R\$ 2,4 milhões, terão disponibilizados R\$ **43,75 bilhões**, **12,84%** do total (MAPA, 2022)

São recursos públicos que consolidam uma aliança política e econômica no espaço geográfico brasileiro que reflete a representatividade de elites regionais rurais e seus interesses exógenos mediados e explorados por oligopólios estrangeiros. A Frente Parlamentar da Agropecuária, também denominada Bancada Ruralista, reunia, em 2022, 280 parlamentares, sendo 39 senadores e 241 deputados, organizados em uma associação que defende prioritariamente este modelo. Lembra a República Velha, a política dos governadores, o coronelismo e os arranjos pela política do café com leite, que, nos séculos XIX e XX, subordinou por décadas o Brasil à primarização agrícola por uma elite agrícola herdeira de sesmarias e capitanias, diante do consumo de produtos industrializados ingleses e estadunidenses, conforme Souza (2007), Furtado (2007), Prado Jr. (2008) e Galeano (2011). O resultado desta política era a segregação social brasileira, a carestia, em um “país arquipélago”³, arcaico.

Notadamente, é uma escolha governamental, dificilmente inquebrantável, incentivar a grande propriedade, a grande empresa agroexportadora. Os financiamentos são amarrados com regramentos rigorosos que vão determinando o modo de produzir com uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), com aquisição de agrotóxicos, de fertilizantes, maciçamente estrangeiros, com assistência técnica acrítica e personalizada para este modelo produtivo, seguro intrínseco ao contrato que remunera bancos ou outros

³ País arquipélago foi uma expressão utilizada pelo geógrafo e historiador Caio Prado Jr. (2008) para definir a desintegração territorial brasileira, de arranjos regionais com a prevalência da cafeicultura e de um Estado negligente na unicidade nacional e no atendimento das demandas sociais.

agentes financeiros, investimentos em infraestrutura e aquisição de maquinário agrícola (de oligopólio estrangeiro), através do Moderfrota⁴.

Nesse sentido, objetiva-se observar e analisar dados oficiais acerca da geração de empregos nos cinco principais municípios sojicultores do Rio Grande do Sul, para averiguar o impacto e a eficácia das políticas públicas prevaletentes no espaço rural, hegemonizado pelo modelo vigente sojicultor, transgênico e agroexportador de *commodities*. Sob a discussão embasada em referências bibliográficas diversas, de ilustração gráfica e cartográfica, discute-se a constituição de pactos e impactos territoriais, analisando-se a precarização do trabalho e das condições de vida das populações de municípios sojicultores em análises comparadas.

Segundo o último Censo Agropecuário, o Rio Grande do Sul produziu 17.311.971 toneladas de soja, em 5.189.633 hectares. (IBGE, 2017) No estado, os cinco principais municípios em área colhida são, nesta ordem, Tupanciretã, São Gabriel, Júlio de Castilhos, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito, conforme o quadro 1. No entanto, quando se analisa a quantidade produzida, alteram-se os municípios e a ordem de ranqueamento. Os cinco municípios gaúchos que mais produziram soja em 2017 foram: Tupanciretã, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, São Gabriel e Santa Bárbara do Sul, seguidos de Palmeira das Missões, Cachoeira do Sul e Dom Pedrito. (IBGE, 2017)

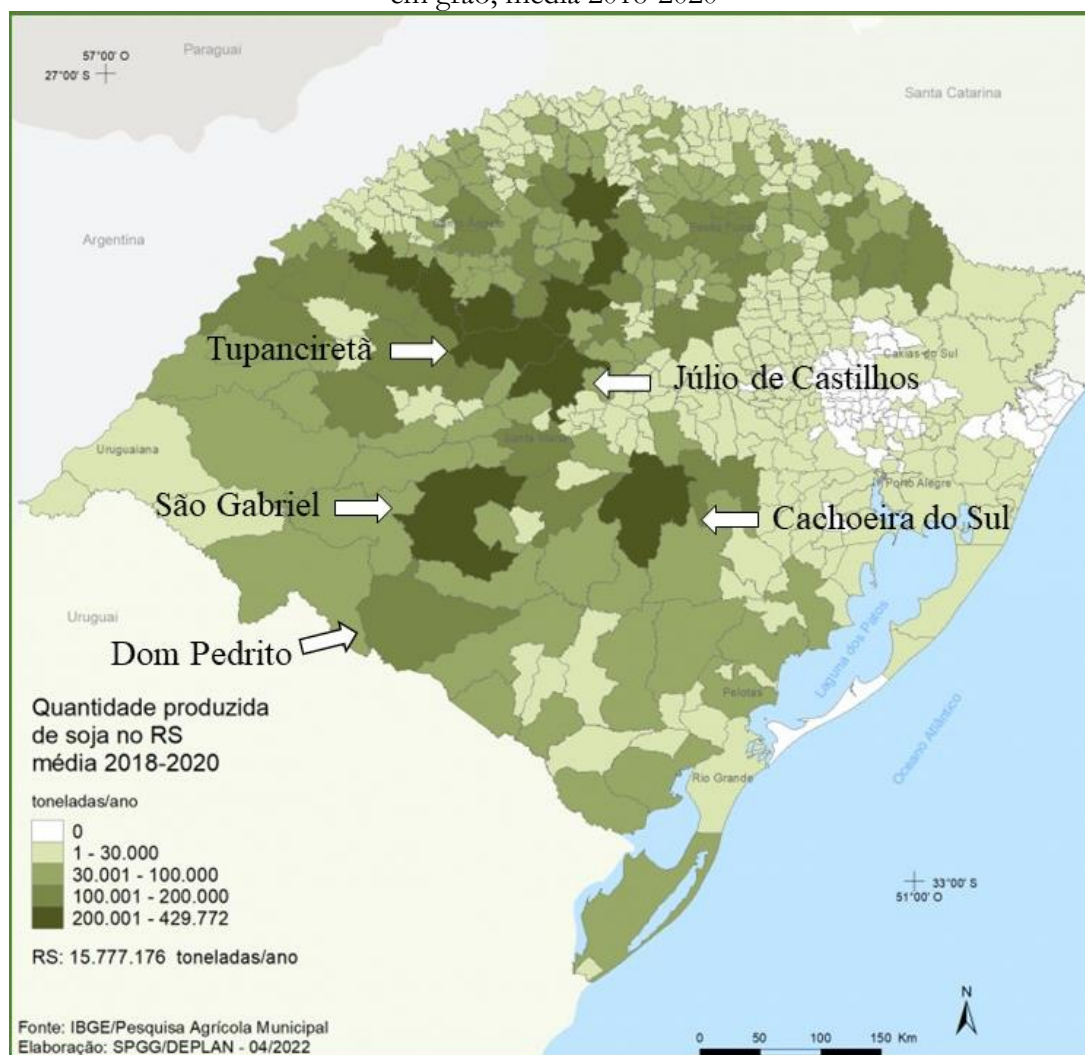
Quadro 1 - Área colhida em ha e quantidade produzida de soja de municípios gaúchos

	UF	Área colhida em ha	Quantidade em ton.
	Rio Grande do Sul	5.189.633	17.311.971
1	Tupanciretã (RS)	139.581	494.609
2	São Gabriel (RS)	119.484	324.622
3	Júlio de Castilhos (RS)	106.502	382.200
4	Cachoeira do Sul (RS)	99.643	296.988
5	Dom Pedrito (RS)	92.563	269.320
6	Cruz Alta (RS)	90.872	335.237
7	Palmeira das Missões (RS)	81.077	303.013
8	Santa Bárbara do Sul (RS)	76.217	305.798
9	Capão do Cipó (RS)	69.287	174.767
10	Joiá (RS)	68.715	216.667

Fonte: IBGE, 2017. Org.: Autores, 2023. (ton. = toneladas)

⁴ Moderfrota é um programa de crédito rural do governo federal voltado para financiar a aquisição isolada de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.

Figura 1 - Mapa da localização de municípios sojicultores e quantidade produzida de soja em grão, média 2018-2020



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2022. Org.: Autores, 2023.

Diante da análise pormenorizada de pactos e impactos da sojicultura no Rio Grande do Sul, usar-se-á o critério de área colhida, e não o de quantidade produzida, apesar de haver certa coincidência nos municípios protagonistas em ambas as situações. A escolha por este critério se deve ao fato de a problemática deste estudo discutir o uso do espaço geográfico, em uma perspectiva para além das aparências. Assim, os maiores territórios gaúchos em área colhida fornecem elementos e questionamentos para isso.

No mesmo sentido, para a efetivação de uma análise dialética acerca da configuração de pactos e impactos nos municípios sojicultores, far-se-á a contraposição a outros cinco

municípios, de preponderância de outra matriz produtiva, a industrial⁵, através do uso do método comparativo⁶.

O método comparativo permite analisar o dado concreto, deduzindo do mesmo os elementos constantes, abstratos e gerais (MARCONI; LAKATOS, 2022). O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e as similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo (GIL, 2019).

Permite o confronto, o paralelo entre os elementos investigados, considerando suas particularidades e relações. Comparar, em ciência, significa levantar características comuns e diferentes com cuidado e meticulosidade, voltadas essencialmente para o que se pretende discutir ou investigar na pesquisa (MICHEL, 2015).⁷

A ordem de comparação antagonizará duas matrizes econômicas: a sojicultura agroexportadora e a indústria, em suas respectivas primazias em municípios gaúchos. O espaço rural globalizado tornou-se o lugar da vulnerabilidade, tendo inclusive se tornado mais aberto à expansão das formas atuais do capitalismo que as cidades, segundo Santos (2009), que funciona sob um regime obediente a preocupações subordinadas a lógicas distantes, externas em relação à área da ação, **mobilizadas por empresas globais**.

Daí se criarem situações de alienação que escapam a regulações locais ou nacionais, embora arrastando comportamentos locais, regionais, nacionais em todos os domínios da vida, influenciando o comportamento da moeda, do crédito, do gasto público e do emprego, incidindo sobre o funcionamento da economia regional e urbana, por intermédio de suas relações determinantes sobre o comércio, a indústria, os transportes e os serviços. Paralelamente, alteram-se os comportamentos políticos e administrativos e o conteúdo da informação. Esse processo de adaptação das regiões agrícolas modernas se dá com grande rapidez, impondo-lhes, num pequeno espaço de tempo, sistemas de vida cuja relação com o meio é reflexa, enquanto **as determinações fundamentais vêm de fora** (SANTOS, 2009, p. 93, grifo nosso).

⁵ A matriz produtiva industrial permite a comparação e será revisitada em outras discussões deste estudo pois relaciona a Divisão Internacional do Trabalho e a configuração geoeconômica que produz no espaço global, afetando o Brasil, o que subsidiará outras discussões contextuais.

⁶ O método comparativo nas ciências sociais foi sistematizado por Edward Burnett Tylor (1832-1917), antropólogo inglês, responsável pela metodização da antropologia cultural na Universidade de Oxford, Inglaterra. Tylor considerava que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos, contribui para uma melhor compreensão do pensamento humano. Constitui uma verdadeira experimentação indireta, é empregado em estudos de largo alcance, como o desenvolvimento da sociedade capitalista, e de setores concretos, assim como para estudos qualitativos e quantitativos, como a taxa de escolarização de países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

⁷ Nas ciências contábeis, pode-se fazer um estudo com esse método, comparando, por exemplo, índices de liquidez e endividamento de empresas de grande porte no ramo alimentício. Essa é a razão pela qual se diz que o método comparativo tem grande amplitude no campo das ciências, com sua aplicação nos elementos investigativos, conforme o ponto de vista que se pretende estudar, pois o comportamento humano pode ser mais bem compreendido mediante comparações de diversos grupos ou subgrupos sociais, em alguns casos, de indivíduos e também de dados, objetos e outros (FACHIN, 2017).

Santos afirma que o sentido que é impresso à vida, em todas as suas dimensões, baseia-se, em maior ou menor grau, em fatores exógenos, vida esta que já não é controlada nem controlável, seja pela sociedade local, seja pela sociedade nacional. Sob o impulso da dinâmica globalizadora, produzem-se egoísmos locais ou regionais exacerbados, justificados pela necessidade de sobrevivência regional, mesmo que isso tenha de se dar à custa da ideia de integridade nacional, o que pode fragilizar a solidariedade nacional e conduzir a uma fragmentação do território e da sociedade (SANTOS, 2009).

Contudo, como lembra Santos (2009), esta dinâmica exógena vai expressar uma dialética interna, gerada pelo descontrole dos principais interessados, o que conduz à tomada gradativa de consciência pela sociedade local de que lhe escapa a palavra final quanto à produção local do valor. Esta nova consciência expressa-se especialmente nas cidades, que reavaliam as relações das pessoas, das empresas, das atividades e dos fragmentos do território com o país e com o mundo.

Esse papel de encruzilhada agora atribuído aos centros regionais da produção agrícola modernizada faz deles o lugar da produção ativa de um discurso (com pretensões a ser unitário) e de uma política com pretensão a ser mais que um conjunto de regras particulares. Todavia, tais políticas acabam, no longo prazo e mesmo no médio prazo, por revelar sua debilidade, sua relatividade, sua ineficácia, sua não-operacionalidade. **O que reclamar do poder local vistos os limites de sua competência; que reivindicar aos estados federados; que solicitar eficazmente aos agentes econômicos globais, quando se sabe que estes podem encontrar satisfação aos seus apetites de ganho simplesmente mudando o lugar de sua operação** (SANTOS, 2009, p. 95, grifo nosso)?

O desenvolvimento deste estudo traz discussões acerca destes questionamentos de Milton Santos, destacando as insuficiências do modelo vigente que hegemoniza o uso do solo brasileiro, tomado pela dinâmica exógena de transnacionais, em aliança ou rivalidade de corporações nacionais, sob a tutela do Estado.

Segundo Morin (1980), é importante adotar, ao mesmo tempo, as perspectivas do todo e das partes para compreender a complexidade do mundo, pois, nos sistemas complexos operam dois princípios: de emergência, que se relaciona com a possibilidade de emergirem propriedades que não estavam nas partes isoladas do todo. É a criatividade do sistema, isto é, o todo é mais que a soma das partes; e o princípio de imposição, que expressa a possibilidade de as partes não manifestarem todas as suas propriedades potenciais, isto é, de mantê-las latentes, em benefício da harmonia do sistema. Ou seja, o todo se impõe às partes. É a repressão do sistema complexo, ou seja, o todo é menos que a soma das partes isoladas.

É a viagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real; e de saber que as determinações – cerebral, cultural, social, histórica – que impõem a todo o pensamento, codeterminam sempre o objeto do conhecimento. É isto que eu designo por pensamento complexo (MORIN, 1980, p. 14).

Por isso, os cinco principais municípios sojicultores gaúchos, além de serem averiguados em seus indicadores específicos, serão também contrastados com outros cinco municípios de significativo predomínio industrial em suas configurações econômicas. A escolha dos cinco municípios industrializados obedeceu a dois parâmetros essenciais: a primazia industrial e o tamanho da população. Para tanto, ao analisar-se o Atlas Socioeconômico do governo do estado do Rio Grande do Sul, pode-se distinguir no espaço geográfico gaúcho os municípios que detêm grande número de indústrias de transformação.

Nesse sentido, analisando-se amiúde o IEDE (Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais-RS) [2022], também mantido pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, pode-se identificar, nas regiões mensuradas como mais industrializadas, aqueles com maior número de indústrias de transformação. Com isso, através da verificação paralela do Produto Interno Bruto (PIB) municipal (IBGE, 2020), verificou-se o VAB (Valor Adicionado Bruto) de cada município para detectar a prevalência do VAB industrial na conformação do PIB. Realizada esta análise, destacaram-se alguns municípios que receberam novo filtro, populacional, para identificar aqueles com populações assemelhadas aos cinco municípios sojicultores. Os municípios sojicultores apresentam a seguinte população estimada pelo IBGE (2021): Tupanciretã (24.182), São Gabriel (62.187), Júlio de Castilhos (19.159), Cachoeira do Sul (81.552) e Dom Pedrito (38.222).

Assim, conforme ilustra o Quadro 2, foram identificados dez municípios com elevado VAB industrial e populações similares aos municípios sojicultores. Dentre eles, foram escolhidos cinco municípios, de população similar aos municípios sojicultores e de indicadores de VAB industrial dividido pela população, escolhidos os mais elevados.

Quadro 2 - Indicadores populacionais e industriais de municípios gaúchos

Município	População (2021)	VAB Indústria (2020)	VAB/POP	Nº indústrias (2018)
Arroio do Meio	21.121	536.984,74R\$ (×1000)	25,42	183
Carlos Barbosa	30.630	1.417.422,46R\$ (×1000)	46,27	208
Encantado	23.047	270.268,70R\$ (×1000)	11,72	142
Estrela	34.669	589.124,41R\$ (×1000)	16,99	213
Farroupilha	73.758	1.044.942,06R\$ (×1000)	14,16	506
Garibaldi	35.794	852.467,58R\$ (×1000)	23,81	371

Lajeado	86.005	1.066.180,43R\$ (×1000)	12,39	472
Panambi	44.583	727.850,42R\$ (×1000)	16,32	221
Teutônia	34.275	440.156,55R\$ (×1000)	12,84	201
Venâncio Aires	72.373	1.315.285,36R\$ (×1000)	18,17	292

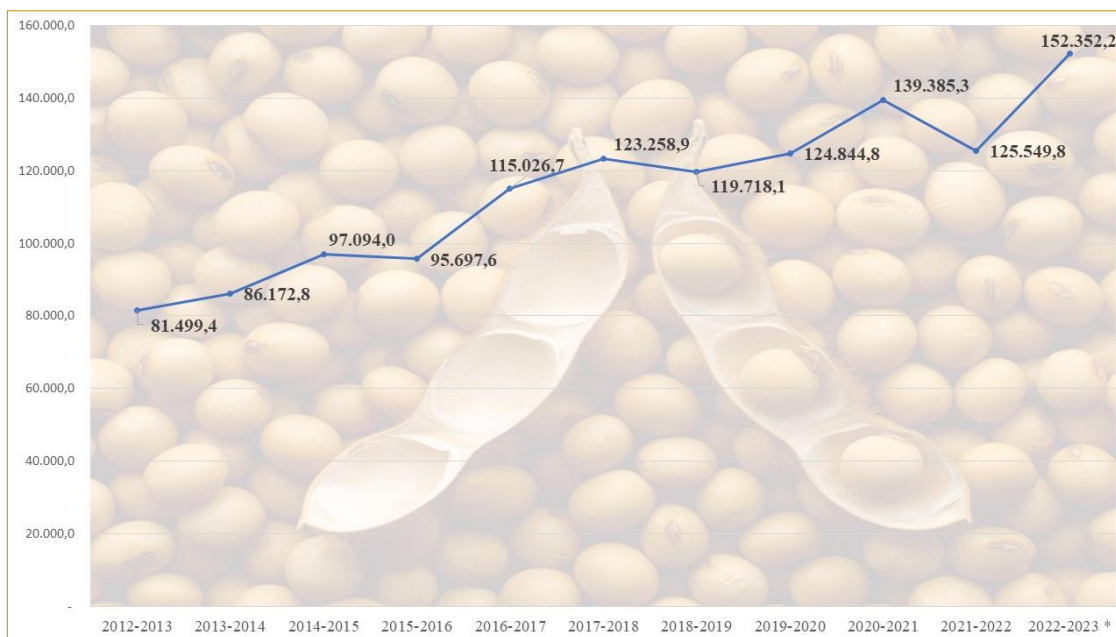
Fonte: IBGE Cidades, 2021 e IBGE PIB dos Municípios, 2020; IEDE-RS, 2020. Org.: Autores, 2023.

Diante disso, por estes critérios, alto VAB industrial e população assemelhada aos municípios sojicultores, foram selecionados os municípios de Arroio do Meio, Carlos Barbosa, Garibaldi, Lajeado e Venâncio Aires, que serão comparados aos demais, de matriz produtiva sojicultora.

A EMPREGABILIDADE NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

Mesmo com a crescente produção de *commodities* e os generosos privilégios estatais, a agropecuária brasileira não repercute a geração de empregos na mesma proporção. Enquanto a safra de soja, conforme o Gráfico 1, no período de 2011/2012 a 2020/2021 aumentou 71%, de 81.499,4 milhões de toneladas em 2011-2012 para 139.385,3 milhões de toneladas em 2020-2021, a geração de empregos da agropecuária no período recuou 1,17%, de 1.483.790 em 2011 para 1.466.390 em 2020 (IBGE e RAIS, 2020).

Gráfico 1 - Evolução da safra de soja no Brasil em toneladas



Fonte: CONAB, 2022. Org.: Autores, 2023. * Estimativa.

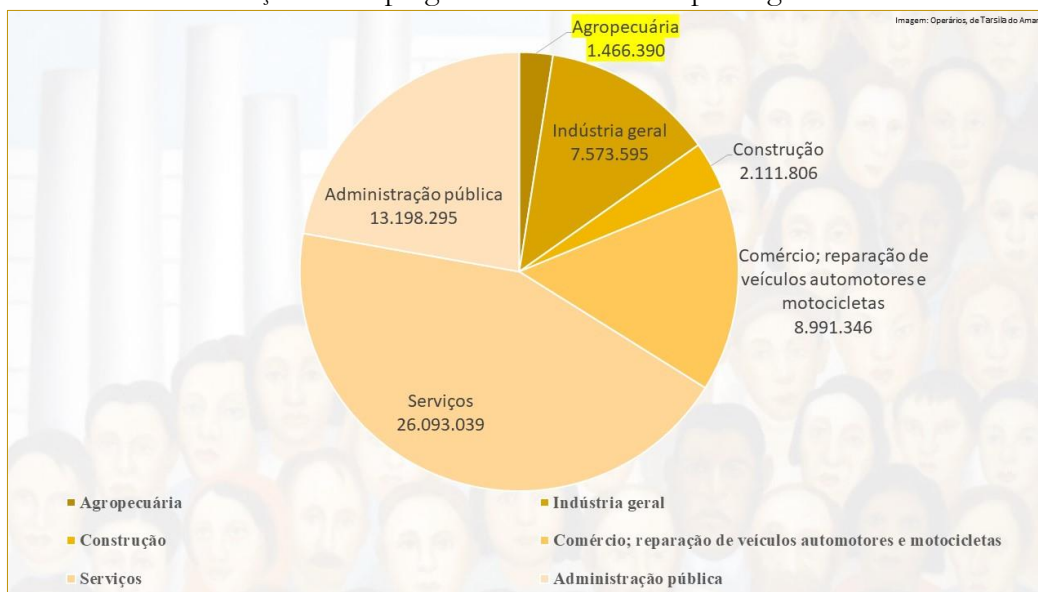
Analisando-se os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE, 2006 e 2017), e as safras de soja produzidas nas safras 2005/2006 e 2016/2017 (CONAB, 2006 e 2017), ao se comparar a evolução da geração de empregos de trabalhadores sem laços de parentesco com o proprietário do estabelecimento rural e o avanço da produção, nota-se certa evolução proporcional das duas categorias analisadas. O número de trabalhadores cresceu de 116.274 em 2006 para 243.802 em 2017, um aumento de 109,6%; ao passo que a produção cresceu de 53.413.900 toneladas para 115.026.700 toneladas, resultando em 115,3% de aumento.

Gráfico 2 - Evolução da geração de empregos formais na Agropecuária do Brasil



Fonte: RAIS, 2020. Org.: Autores, 2023.

Gráfico 3 - Geração de empregos formais em 2020 por segmento econômico

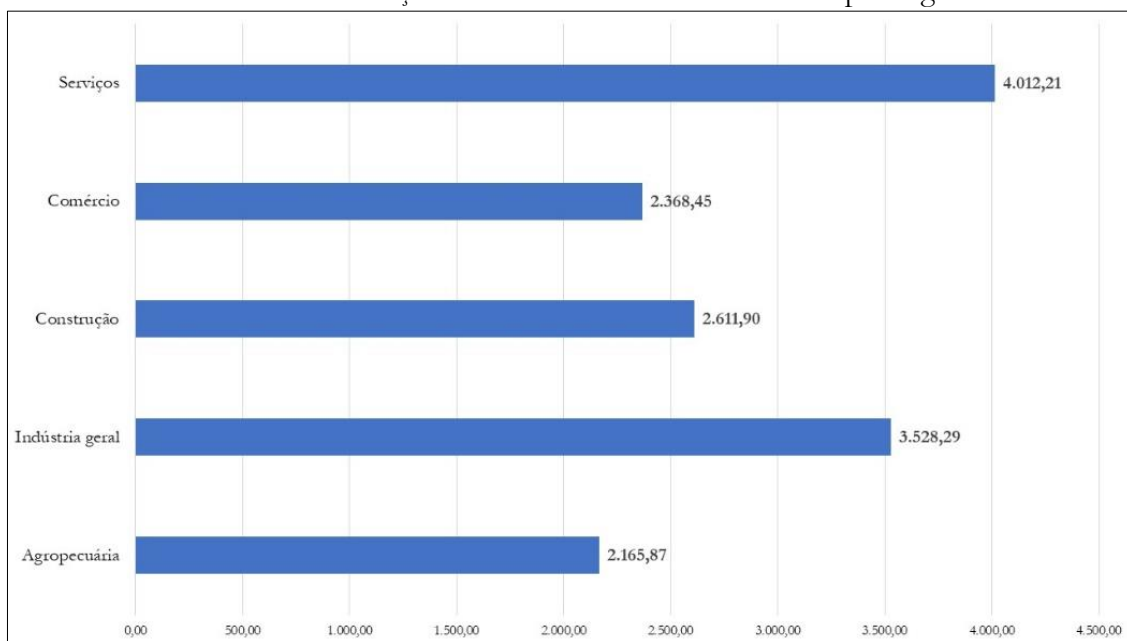


Fonte: RAIS, 2020. Org.: Autores, 2023.

Nos Gráficos 2 e 3, percebe-se que a geração de empregos na agropecuária no universo socioeconômico brasileiro, 1.466.390 empregos formais (RAIS, 2020), 3,17% de 46.236.176 empregos no país, é pouco significativo, se comparado aos demais segmentos, mesmo com a desindustrialização brasileira e a ausência de investimentos necessários em educação, ciência e tecnologia nacionais.

Contudo, conforme o Gráfico 4, ao analisar-se a remuneração formal dos trabalhadores rurais brasileiros por segmento econômico, notabiliza-se a mais elevada exploração do trabalho no campo do que em outras atividades, segundo a RAIS (2020).

Gráfico 4 - Remuneração média de trabalhadores formais por segmento



Fonte: RAIS, 2020. Org.: Autores, 2023.

A agropecuária paga, em média, R\$ 2.046,20, bem abaixo do setor de serviços, que remunera em média R\$ 3.785,54, ou da indústria, com média salarial de R\$ 3.344,44.

A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO

A crescente subordinação brasileira ao ideário neoliberal culminou na Lei 13.467/2017, no governo Michel Temer, e abrangeu a revisão das relações trabalhistas no país, visando a flexibilização da legislação trabalhista e o rebaixamento dos custos do trabalho, justificados como meios para se alcançar maiores níveis de competitividade e de crescimento econômico. Esta lei trabalhista privilegia os empregadores, também rurais, nas relações de trabalho, reduzindo o amparo legal aos trabalhadores.

Embora não aborde o trabalho agrícola de forma específica, não há dúvida de que a reforma trabalhista recentemente aprovada repercutirá sobre o campo. Tanto as mudanças mais amplas – que estimulam a terceirização e introduzem novas formas de contratação –, quanto as mudanças mais específicas relacionadas à jornada de trabalho, aos intervalos e ao pagamento das horas de deslocamento entre casa e trabalho, por exemplo, serão provavelmente utilizadas para regularizar e amplificar práticas comuns no meio rural, mas antes sujeitas a sanções. O trabalhador do campo está sujeito a uma heterogeneidade de relações de trabalho ainda mais acentuada do que a observada nas áreas urbanas (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017, p. 97).

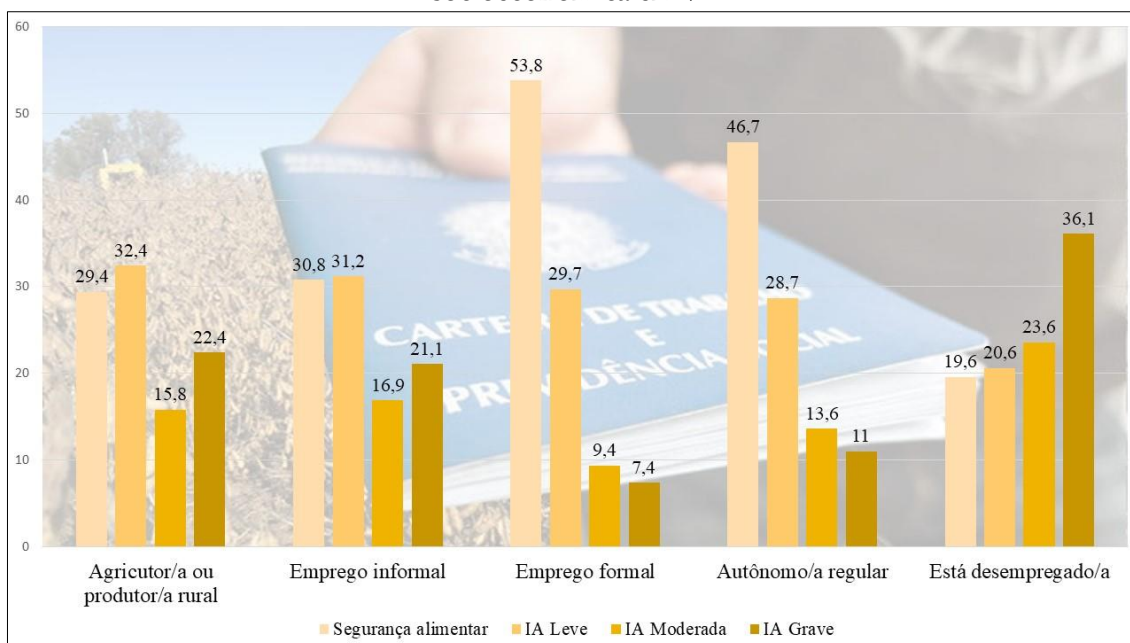
A reforma trabalhista favorece o empresário rural ao precarizar a situação dos assalariados rurais, reduzindo seus ganhos e sujeitando-os a contratos mais instáveis, que podem, no limite, ser rompidos ou extintos quase a qualquer tempo e sem qualquer indenização. Fragiliza a legislação brasileira através do incentivo à terceirização de atividades; a regulação da jornada de trabalho; novas formas de contratação; e a prevalência do negociado sobre o legislado (VALADARES; GALIZA; OLIVEIRA, 2017).

Contudo, prevalecem no campo as relações informais de trabalho, ou seja, sem vínculo celetista de empregabilidade. Segundo o IBGE (2017), há 4.003.592 pessoas ocupadas sem laços de parentesco com o produtor rural. Neste universo, há 3.927.753 trabalhadores e trabalhadoras que são maiores de 14 anos. Ou seja, há 75.839 pessoas menores de 14 anos no campo sem laços de parentesco com o produtor rural, o que contraria os princípios constitucionais, particularmente o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Destas 4.003.592 pessoas ocupadas sem laços de parentesco com o produtor rural, 1.926.195 pessoas são trabalhadoras permanentes, 1.891.772 são temporárias e 185.625 são parceiras. No entanto, em 2017, segundo a RAIS (2017) havia 1.501.052 trabalhadores formais. Há, portanto, a grande expressão da informalidade no segmento agropecuário brasileiro, com apenas 37,49% de vínculos empregatícios formais e 62,51% de vínculos informais. É um grande problema de desassistência social, de omissão de direitos trabalhistas conquistados historicamente.

A informalidade gera insegurança alimentar, tal como demonstra o Gráfico 5, que ilustra a maior segurança alimentar em pessoas com emprego formal, ainda que em situação de desvalorização salarial brasileira. O estudo da Rede Penssan revela que a informalidade provoca maior insegurança alimentar, bem como a precarização das relações de trabalho no campo e os cortes de políticas públicas para a agricultura familiar e os povos tradicionais no país. O desemprego é a situação geradora de maior insegurança alimentar, o que provoca o desespero em milhões de pessoas, do campo e da cidade, muitas delas sujeitando-se a situações degradantes para a sobrevivência pessoal e de suas famílias, de acordo com o Gráfico 5 (REDE PENSSAN, 2022).

Gráfico 5 - Indicadores de segurança e insegurança alimentares (IA) por situação socioeconômica em %



Fonte: Rede Penssan, 2022. Org.: Hettwer, 2023.

No contexto da reforma trabalhista, deputados da bancada ruralista vêm tramitando novos projetos no Congresso Nacional, tais como o Projeto de Lei 6.442/2016, apresentado pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), que suspende a aplicação da CLT aos trabalhadores do campo e pretende limitar a atuação da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho; e o projeto de lei, do deputado federal Dilceu Sperafico (PP-PR), de 2011, reconduzido à apreciação da Casa em 2021 pela deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), então presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados, com a denominação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 18, que pretende alterar o artigo 7º da Constituição Federal e permitir que adolescentes de 14 e 15 anos possam trabalhar sob o regime de tempo parcial e não somente como aprendizes.

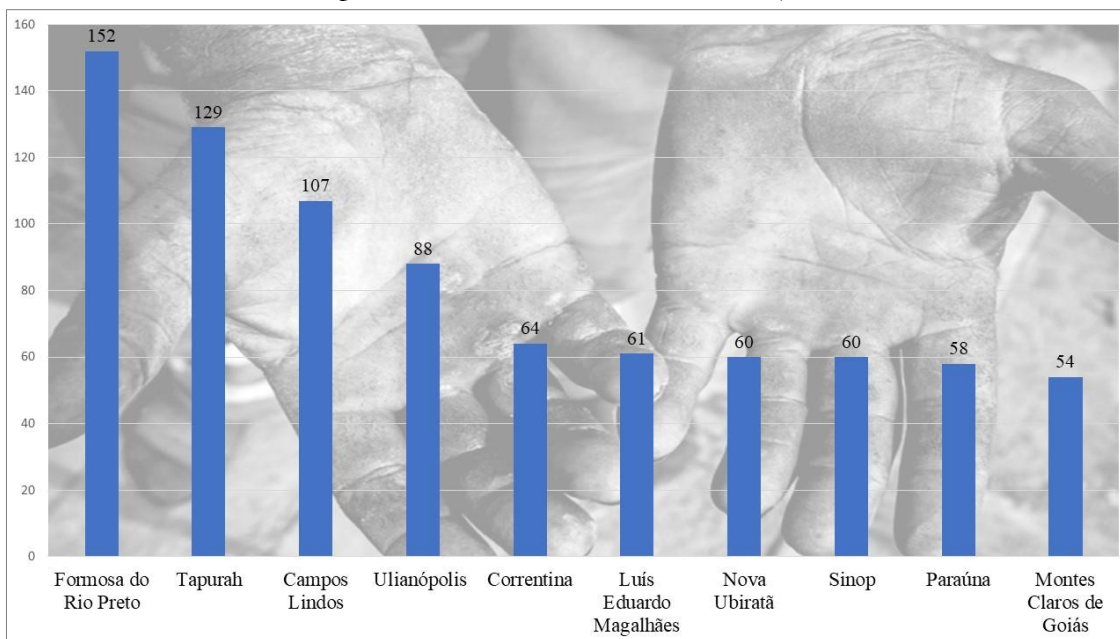
Todavia, ainda mais grave, é a permanência de relações de trabalho escravo no país, em pleno século XXI, com prevalência no espaço rural brasileiro. Segundo o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho (2023), entre julho de 1995 e julho de 2020, foram resgatados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, agora denominado Ministério do Trabalho, cerca de 55 mil trabalhadores em condições análogas à de escravo, sendo que os setores que concentram a maior parte desses escravizados são aqueles que compõem as cadeias produtivas de *commodities* agrícolas (MITIDIERO JR.; GOLDFARB, 2021).

A título de exemplo sobre as dinâmicas e relações indiretas que essa prática criminosa pode alcançar, na Lista Suja do Trabalho Escravo, divulgada em 2021,

sete produtores de café de Minas Gerais negociaram sua produção com gigantes multinacionais. A Syngenta, Nespresso e Starbucks, por exemplo, já certificaram e compraram café de produtores que entraram nessa lista. Na produção do cacau, concentrada nos estados da Bahia e Pará, para a fabricação de chocolate não é diferente. Grandes empresas como a Nestlé, Barry Callebaut, Mondelez, Cargill, Olam e Garoto acabam tendo ligações com produtores acusados de escravidão contemporânea, com algumas delas possuindo ações ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho (MITIDIERO JR.; GOLDFARB, 2021, p.30).

Na sojicultura, conforme o Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil (2023), foram identificados 2.075 trabalhadores que foram formalizados no curso da Ação Fiscal, em 230 estabelecimentos fiscalizados, que geraram R\$ 3.784.549,75 em verbas rescisórias aos trabalhadores, no período 1995-2022. Os municípios com maior número de ocorrências foram Formosa do Rio Preto (BA), Tapurah (MT), Campos Lindos (TO), Ulianópolis (PA), Correntina (BA), Luís Eduardo Magalhães (BA), Nova Ubitatã (MT), Sinop (MT), Paraúna (GO), Montes Claros de Goiás (GO), como ilustra o Gráfico 6 (RADAR SIT, 2023).

Gráfico 6 - Número de trabalhadores e municípios com mais autos de infração lavrados no período 1995-2022 no cultivo de soja



Fonte: Radar SIT, 2023. Org.: Autores, 2023.

Pochmann (2021), analisa o contexto brasileiro de esvaziamento da produção e ocupação industrial, em que o sistema produtivo em declínio se distanciou das novas tecnologias e se aproximou da lógica de valorização financeira da riqueza velha e da acumulação por despossessão. Ou seja, a ocupação privada para a rápida e consequente obtenção lucrativa nos espaços desmercantilizados urbanos, de responsabilidade do Estado

(privatização de empresas estatais e serviços públicos) e rurais, sob domínio de comunidades locais (tradicionalistas como indígenas, ribeirinhas, de agricultores familiares e outras).

A GEOGRAFIA DO TRABALHO EM MUNICÍPIOS SOJICULTORES DO RS

Os municípios sojicultores vêm concentrando bastante riqueza com a oleaginosa e os tempos favoráveis no mercado exterior, de alta valorização do produto. Nesse sentido, pode-se analisar também a geração de emprego e renda proporcionada pelo agronegócio nos municípios de prevalência desta matriz econômica, podendo-se comparar os indicadores socioeconômicos destes com outros, de prevalência de outras matrizes econômicas. Os principais municípios sojicultores brasileiros, impactados pela concentração de capital, impulsionado pela elevada alta de preços das *commodities* nos últimos anos, vêm apresentando relativos picos de geração de empregos, baseados na terciarização econômica já citada por Pochmann, mas de relativa expressão.

Segundo Soares (2018), a maioria dos profissionais que atuam nos municípios sojicultores é da área urbana, cuja atuação se relaciona ao agronegócio, tais como: corretores de grãos, gerentes e auxiliares de produção nas agroindústrias, motoristas de caminhão, professores, agrônomos, veterinários, vendedores de máquinas, pilotos de aviões despejadores de agrotóxicos, profissionais de limpeza etc. A dinamização do plantio da soja no mercado de trabalho ocorre mais na época da safra e se dá pela contratação dos temporários para operação das colheitadeiras e plantadeiras, e da contratação de caminhoneiros autônomos, geralmente aproximadamente 4 a cada 1.200 hectares. No Mato Grosso, há 3,5 trabalhadores por mil hectares de área plantada.

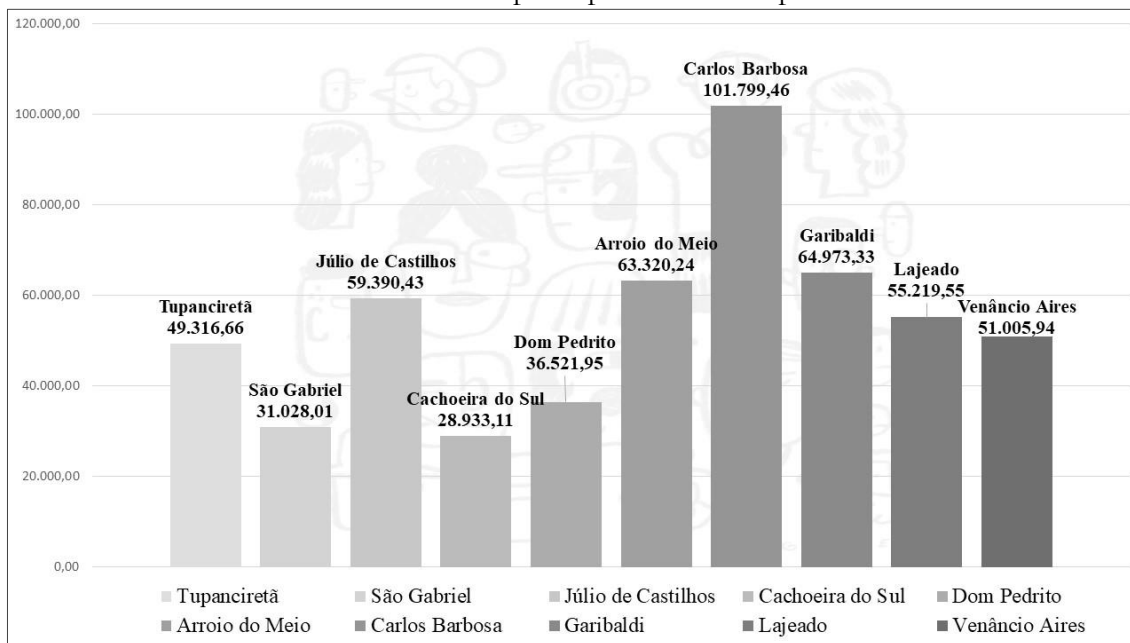
A remuneração de trabalhadores na agropecuária contrasta com a fortuna amealhada por bilionários do agronegócio, que fazem crescer sua riqueza com o modelo vigente. Concentração de riqueza ilustrada pelo magnata Jorge Luiz Silva Logemann e sua família, com patrimônio de R\$ 7,17 bilhões, segundo a Revista Forbes (2022), que comanda o grupo gaúcho SLC, que envolve a SLC Agrícola, uma das maiores proprietárias de terras cultivadas do país.

O IBGE fornece estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios, a preços correntes, e do valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria, dos Serviços e da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes, compatível com as metodologias das Contas Regionais e Nacionais do Brasil, sendo as estimativas obtidas comparáveis entre si. O período de apuração destes dados é de

01/01/2020 a 31/12/2020. Assim, na metodologia utilizada, o PIB municipal consiste na soma do VAB (Valor Adicionado Bruto dos quatro segmentos econômicos) e a arrecadação de impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes. O PIB de Tupanciretã é de R\$ 1,186 bilhão; de São Gabriel R\$ 1,928 bilhão; de Júlio de Castilhos R\$ 1,141 bilhão; de Cachoeira do Sul R\$ 2,368 bilhões; de Dom Pedrito R\$ 1,4 bilhão; de Arroio do Meio R\$ 1,327 bilhão; de Carlos Barbosa R\$ 3,078 bilhões; de Garibaldi R\$ 2,302 bilhões; de Lajeado R\$ 4,695 bilhões; e de Venâncio Aires R\$ 3,671 bilhões (IBGE, 2020).

O Gráfico 7 apresenta o PIB per capita dos municípios analisados em comparação com os demais municípios gaúchos. Este indicador possibilita perceber que há a geração de riqueza nos municípios sojicultores, ainda que a média de R\$ 41.038,32 seja menor que a verificada nos demais municípios, com média de R\$ 67.263,70. É um número absoluto de divisão do PIB pela população, que indica tão somente que há a geração de riqueza, mas que esta não necessariamente se reproduz na vida das pessoas moradoras do município. Mas importante, por indicar que há a geração de riqueza, especialmente no município de Júlio de Castilhos, com indicadores assemelhados aos municípios industrializados, exceto Carlos Barbosa.

Gráfico 7 - PIB per capita dos municípios



Fonte: IBGE, 2020. Org.: Autores, 2023.

Ao verificar-se o PIB dos municípios sojicultores, o VAB (Valor Adicionado Bruto) da Agropecuária destes têm maior participação, ao mesmo tempo que o VAB Indústria é pouco significativo (IBGE, 2020). O município de Tupanciretã, de um VAB total de R\$

1.090.740.260, apresenta cerca de 41% em agropecuária; cerca de 41% em serviços; pouco mais de 13% em Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; e não chega a 5% a participação da indústria.

O município de São Gabriel apresenta um VAB de R\$ 1.775.139.680,00. Deste montante, 23,5% aproximadamente condizem com a agropecuária; pouco mais de 45% representam o setor de serviços; cerca de 18,5% consistem com administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social; e quase 13% significam o percentual da indústria. Júlio de Castilhos totaliza um VAB de R\$ 985.149.630,00. A agropecuária participa com cerca de 26,5%; serviços com quase 57%; administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social apresenta pouco mais de 12%; e a indústria supera apenas 4%.

O município de Cachoeira do Sul apresenta VAB de R\$ 2.190.619.660,00. Está configurado com a participação da agropecuária com quase 17,5%; de 51% de serviços; administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social representa 19,5% aproximadamente; e a indústria consiste em quase 12% do VAB. O caso de Cachoeira do Sul é emblemático, pois simboliza concretamente os processos discutidos anteriormente neste estudo, de desindustrialização e reprimarização, com a preocupante diáspora nos últimos 50 anos, que coincide com a intensificação do monocultivo sojicultor, já retratados em Hettwer (2021). O município apresenta importante fatia de serviços públicos por ainda possuir remanescentes traços de desenvolvimento que lhe asseguravam estruturas de serviços públicos regionais, que vem se perdendo, além de possuir dois destacamentos militares, e o hospital da cidade ser a maior instituição em geração de empregos.

Dom Pedrito apresenta um VAB de 1.303.990.230. A agropecuária representa quase 33%; o setor de serviços consiste em 41,5%; administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social contribui com 17,5%; e a indústria pouco mais de 8%.

Nos municípios industrializados, de acordo com os critérios de seleção utilizados, há uma maior representação do VAB industrial que o agropecuário na configuração do PIB. O VAB de Arroio do Meio é de R\$ 1.120.109.710,00. A indústria consiste em quase 48%; o setor de serviços em 37%; o setor de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social compreende quase 10%; e a agropecuária representa pouco mais de 5%. Carlos Barbosa detém o VAB de R\$ 2.373.088.750,00. A indústria participa com quase 60%; o setor de serviços representa cerca de 31%; já a administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social condiz com quase 7%; enquanto a agropecuária contribui com pouco mais de 2%.

Garibaldi apresenta o VAB de R\$ 1.865.083.240,00. A indústria representa pouco mais de 45,5%; o setor de serviços consiste em pouco mais de 41,5%; o setor de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social participa com quase 10%; e a agropecuária contribui com pouco mais de 2,5%. O VAB total de Lajeado é de R\$ 3.969.346.960,00. A indústria condiz com quase 27%; serviços representa pouco mais de 61,5%; o setor de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social representa 11%; e a agropecuária participa com menos de 0,5%. Venâncio Aires apresenta um VAB de R\$ 3.204.326.830,00. A indústria consiste em 41%; o setor de serviços participa com quase 41%; administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social contribuem com quase 12%; enquanto a agropecuária condiz com pouco mais de 6%.

Segundo a RAIS (2021), no Brasil, o setor Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, consistia na geração de 1.466.390 empregos formais em 2020, oscilando para 1.531.816 em 2021, um aumento de 65.426 empregos, uma variação de 4,46%. Porém, esta foi a menor variação de todos os segmentos no período. A indústria (geral) detinha 7.573.595 empregos formais em 2020, ampliando para 8.014.207 em 2021, um acréscimo de 440.612 empregos, uma variação de 5,82%, mesmo com a concepção de reprimarização, desnacionalização e desindustrialização, marcas do neoliberalismo vigente. A construção, que reunia 2.111.806 empregos, cresceu para 2.313.533, acrescentando 201.727, variação de 9,55%. O comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, cresceu de 8.991.346 para 9.454.656 empregos formais, variação de 5,15%. O setor de serviços cresceu de 26.093.039 em 2020 para 27.414.659 empregos formais em 2021, variação de 5,07%.

Entre 2020 e 2021, apesar da safra agrícola 2019/2020 ter crescido de 124.844.800 toneladas para 139.385.300 toneladas na safra 2020/2021, um aumento de 11,64% (CONAB, 2022), a geração de empregos do segmento agropecuária encolheu de 3,17% para 3,14% sua participação no universo de empregos formais no Brasil.

Quadro 3 - Empregos formais por segmento com comparativos totais de municípios 2020/2021

Município	Agropecuária 2021	Indústria + Construção 2021	Comércio + Serviços 2021	Total 2020	Total 2021	Variação absoluta	Variação %
Tupanciretã	975	140	2.575	3.534	3.690	156	4,41
São Gabriel	1.405	1.887	6.456	9.845	9.748	-97	-0,99
Júlio de Castilhos	570	195	2.581	3.300	3.346	46	1,39
Cachoeira do Sul	1.153	3.739	10.346	13.829	15.238	1.409	10,19
Dom Pedrito	1.896	549	4.429	6.636	6.874	238	3,59
Arroio do Meio	127	4.497	3.233	7.381	7.857	476	6,45

Carlos Barbosa	54	9.149	4.670	12.587	13.873	1.286	10,22
Garibaldi	196	9.547	6.192	15.274	15.935	661	4,33
Lajeado	223	15.175	23.720	37.311	39.118	1.807	4,84
Venâncio Aires	56	9.071	8.667	16.402	17.794	1.392	8,49

Fonte: RAIS, 2021. Org.: Autores, 2023.

Nos municípios analisados, de acordo com o Quadro 3, evidencia-se que a variação média de geração de empregos nos municípios sojicultores, de 3,72%, foi menor que a dos demais municípios, com variação média de 8,06%. Importante ressaltar que o período reflete uma recuperação econômica de um ano pandêmico, de maior crise nacional, para o de 2021 que foi reorganizando a economia.

Segundo a série histórica do Caged (2010/2019), ilustrada na Tabela 1, os municípios sojicultores geraram poucos empregos no período na agropecuária. O município de Tupanciretã, no período de dez anos, resultou na criação de um saldo (admitidos – demitidos) de 279 empregos formais no segmento agropecuária. O município de São Gabriel apresentou saldo negativo de empregos formais na agropecuária no período 2010/2019, resultando numa retração de 52 empregos. O município de Júlio de Castilhos, por sua vez, apresentou o saldo positivo de 58 empregos formais gerados na agropecuária no período 2010/2019.

Cachoeira do Sul, o mais populoso dos municípios destacados, resultou no maior saldo negativo, somando a retração de 77 empregos formais na agropecuária no período 2010/2019. Por fim, o município fronteiriço de Dom Pedrito apresentou o maior saldo positivo, gerando 295 empregos formais na agropecuária nos dez anos.

Na série histórica 2010/2019, sistematizada pelo Caged (2021), os cinco municípios sojicultores, no total, neste período de dez anos, resultaram num saldo de 503 empregos formais gerados. Ou seja, a partir do estoque x de empregos existente em 2009, conforme a Tabela 1, houve o saldo positivo deste número final de empregos criados, em populações que, somadas, superam 200.000 habitantes nos cinco municípios.

Tabela 1 - Evolução histórica de empregos formais totais na agropecuária em municípios sojicultores 2010/2019

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Tupanciretã	43	64	17	49	16	25	-26	-20	65	46	279
São Gabriel	-26	5	-10	41	90	-29	-51	17	-81	-8	-52
Júlio de Castilhos	36	38	-18	-5	-6	74	-41	-35	-9	24	58
Cachoeira do Sul	-71	12	15	32	0	40	2	-31	-48	-28	-77
Dom Pedrito	93	-25	113	87	-34	118	29	-21	-49	-16	295
Total	75	94	117	204	66	228	-87	-90	-122	18	503

Fonte: Caged, 2010/2019. Org.: Autores, 2023.

De outra parte, nos municípios de VAB industrial preponderante, apesar de toda sorte de desinvestimento no segmento no Brasil nas últimas décadas, de desenfreada desindustrialização, de ausência de políticas públicas satisfatórias, a indústria de transformação gerou mais de dez vezes mais empregos que a agropecuária nos principais municípios sojicultores, que apresentam inúmeras vantagens competitivas e fiscais.

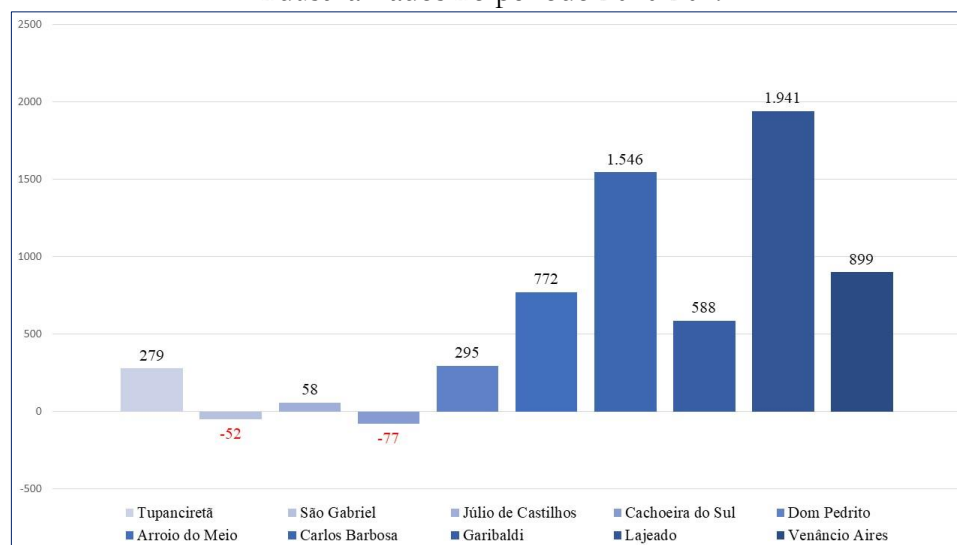
Tabela 2 - Evolução histórica de empregos formais em municípios industrializados 2010/2019 no segmento indústria de transformação

Município	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Arroio do Meio	555	45	-55	300	-146	-69	74	33	-33	68	772
Carlos Barbosa	659	436	47	219	188	-58	-73	405	60	-337	1546
Garibaldi	431	264	138	344	-171	-270	-483	-239	326	248	588
Lajeado	734	510	214	133	352	-343	-297	156	114	368	1941
Venâncio Aires	320	200	435	149	-170	-269	170	55	-116	125	899
Total	4.709	3.466	2.791	3.158	2.067	1.006	1.407	2.427	2.369	2.491	5.746

Fonte: Caged, 2010/2019. Org.: Hettwer, 2023.

A Tabela 2 demonstra o saldo de empregos formais industriais criados no período 2010-2019 nos municípios de maior VAB industrial; bem como o Gráfico 8, ilustra o contraste entre empregos formais gerados na agropecuária nos municípios sojicultores diante dos empregos formais gerados nos municípios industrializados no segmento indústria de transformação.

Gráfico 8 - Comparativo de saldo de empregos formais da agropecuária em municípios sojicultores e empregos formais da indústria de transformação em municípios industrializados no período 2010-2019

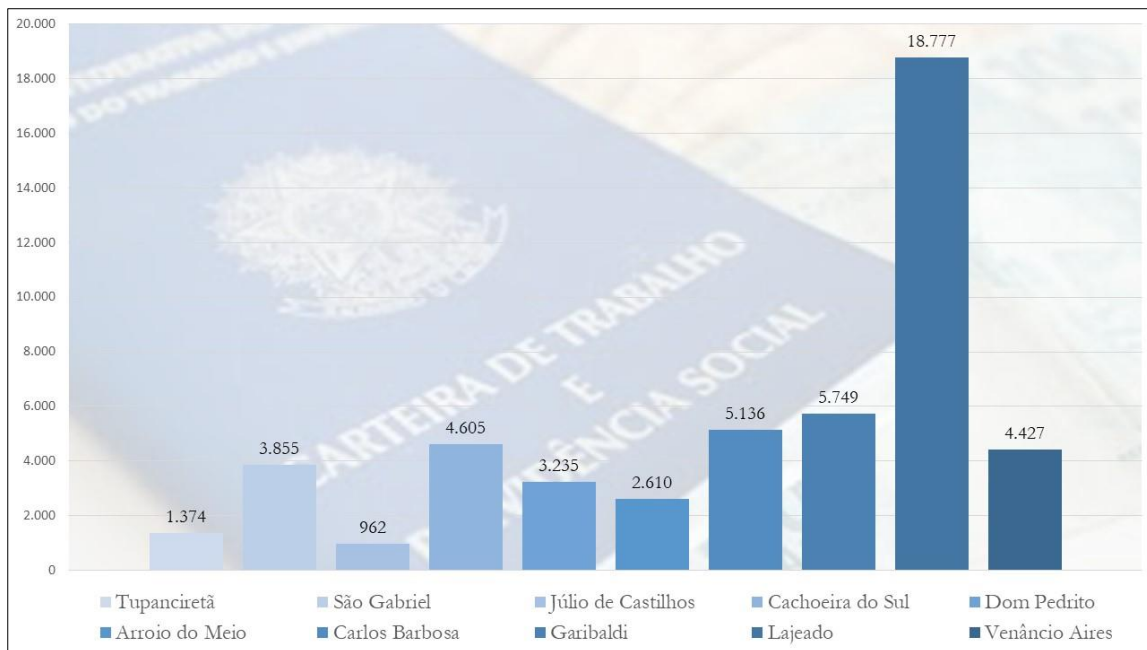


Fonte: Caged, 2010-2019. Org.: Hettwer, 2023.

Numa análise mais ampla do Caged, de 2002 a 2019, analisando-se o saldo de empregos formais gerados nos municípios no período, notabiliza-se a influência da matriz produtiva prevaiente na dinamização econômica destes, e pode-se concluir que a prevalência industrial tem impacto superior que a primariedade sojicultora. No período, os cinco municípios sojicultores geraram o saldo de 14.301 empregos formais; ao passo que, os demais, de matrizes industriais, geraram o saldo de 36.699 empregos, uma superioridade de 156,6%, conforme ilustra o Gráfico 9.

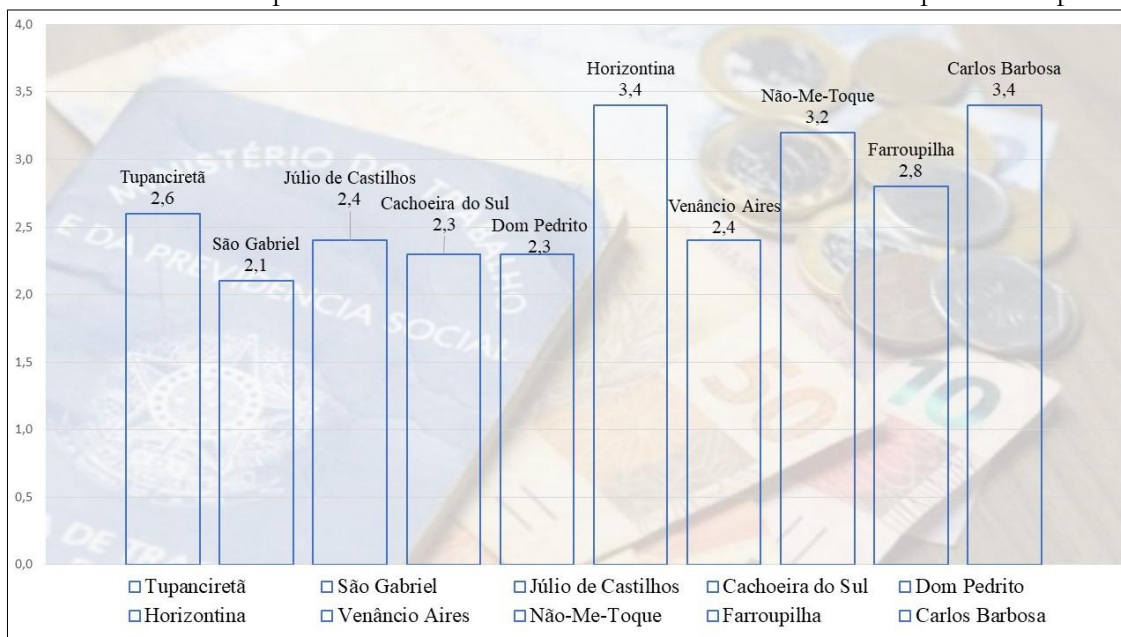
Ao se totalizar os empregos gerados em todos os segmentos nos municípios, ou seja, a influência da matriz produtiva preponderante sobre os demais, evidencia-se que o saldo total nos municípios sojicultores foi menor, de 14.031 empregos formais gerados, diante de 36.699 empregos gerados nos municípios mais industrializados.

Gráfico 9 – Saldo de empregos formais gerado no período 2002/2019 por município



Fonte: Caged, 2002-2019. Org.: Autores, 2023.

Gráfico 10 – Comparativo de salário médio dos trabalhadores formais por município



Fonte: IBGE, 2020. Org.: Autores, 2023.

Segundo a RAIS (2021), o estado do Rio Grande do Sul apresenta um salário médio de empregos formais de R\$ 3.454,36. Contudo, o emprego formal da agropecuária, dentre os demais segmentos, é o que menos remunera na média nacional, com um valor de R\$ 2.165,87. Assim, com uma massa maior de trabalhadores rurais, a média municipal tende a ser menor, como analisado no Gráfico 10, que demonstra que a média de salários-mínimos de trabalhadores formais dos municípios sojicultores é de 2,3, ao passo que nos demais municípios comparados a média é de 2,54 salários-mínimos.

Este contexto de menor valorização da mão de obra nos municípios sojicultores está pormenorizado na Tabela 3, que traz amiúde, a partir de categorias usadas pelo IBGE, que referenciam a consolidação de números da RAIS. Além disso, o valor expresso em cada atividade econômica já é produto de uma média ponderada remuneratória e quantificada de homens e mulheres em empregos formais. A totalização trazida pela tabela também já observa o número de trabalhadores e trabalhadoras por atividade econômica para então produzir uma média ponderada do valor médio remuneratório por município.

A tabela demonstra que, nos municípios sojicultores, há a maior exploração da mão de obra que nos demais municípios, em todas as atividades econômicas, desconsiderando-se a extração mineral pela ausência da atividade em três entes federativos. Até mesmo na agropecuária, em municípios de predomínio desta matriz produtiva, os salários são inferiores, com remuneração média de R\$ 2.037,41, em municípios sojicultores, e R\$ 2.459,20 nos

demais municípios, de dinâmica industrial. Ou seja, o trabalho rural, em municípios de maior VAB industrial, inclusive de outra estrutura fundiária, é mais valorizado que o trabalho rural em municípios sojicultores.

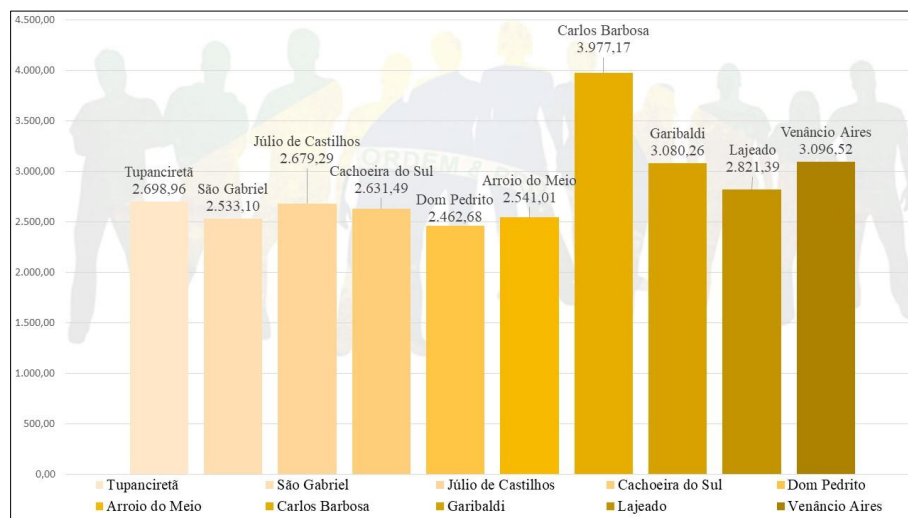
Tabela 3 - Média salarial por atividade econômica e total por município em 2021

Atividade econômica	Tupaciretã	São Gabriel	Júlio de Castilhos	Cachoeira do Sul	Dom Pedrito	Arroio do Meio	Carlos Barbosa	Garibaldi	Lajeado	Venâncio Aires
Extração mineral	*	4.522,80	*	3.154,86	2.321,49	*	5.558,42	4.465,32	2.054,39	2.620,42
Indústria de transformação	2.316,47	2.396,73	1.629,11	2.669,02	2.773,77	2.582,56	4.360,60	3.218,58	2.648,01	2.931,18
Serviços industriais de utilidade pública	2.822,88	2.430,65	4.558,94	4.670,65	6.635,87	7.014,84	6.044,35	7.154,62	5.095,34	5.743,97
Construção civil	1.778,99	2.416,64	1.641,19	2.110,32	1.953,05	2.193,70	2.725,48	3.107,24	2.397,75	2.224,49
Comércio	2.813,27	2.179,25	2.363,41	2.184,85	2.402,46	2.034,73	2.722,89	2.578,08	2.636,71	2.484,49
Serviços	2.604,08	2.495,83	2.517,38	2.698,73	2.511,01	2.411,25	3.367,12	2.811,92	2.894,55	2.599,92
Administração pública	3.613,16	3.701,75	4.170,95	3.166,02	2.969,76	3.883,19	5.488,65	4.066,03	4.289,70	6.601,99
Agropecuária	2.008,99	2.083,21	1.816,99	2.292,03	1.985,84	2.312,53	2.357,08	2.502,90	2.691,84	2.431,68
Total	2.698,96	2.533,10	2.679,29	2.631,49	2.462,68	2.541,01	3.977,17	3.080,26	2.821,39	3.096,52

Fonte: Caged, 2021. Org.: Hettwer, 2023. (* sem incidência)

O Gráfico 11 ilustra esta inferioridade salarial média dos municípios sojicultores diante dos demais, industrializados, exceto Arroio do Meio, que pode ser atribuída à ausência de diversidade, de agregação de valor aos produtos primários e ao não encadeamento em arranjos produtivos que possam se potencializar mutuamente, dada a interdependência entre as atividades econômicas.

Gráfico 11 - Média mensal ponderada de remuneração salarial formal em municípios

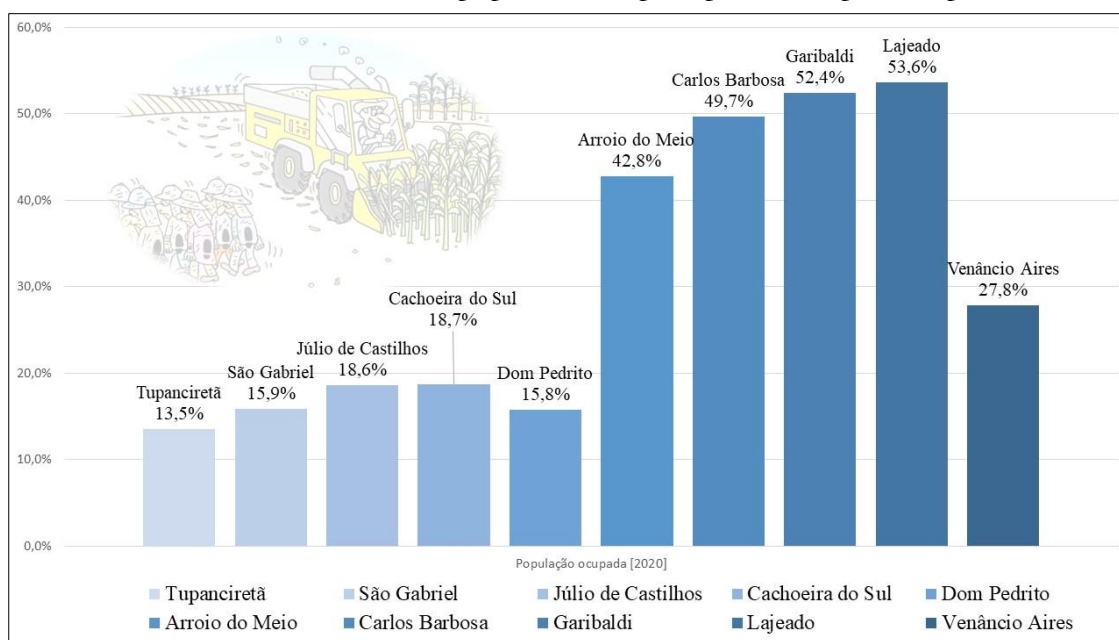


Fonte: Caged, 2021. Org.: Hettwer, 2023.

À medida que o capital se concentra e não se reproduz mais plenamente nas demais atividades econômicas, gera dificuldades a esta integração socioeconômica. Assim, as atividades dependentes da matriz produtiva – serviços, comércio e administração pública, fragilizam-se concretamente, traduzindo-se na inferioridade numérica percebida na Tabela 3.

Porém, essa inferioridade remuneratória de trabalhadores formais é apenas parte da problemática. Segundo o IBGE (2020), a população ocupada nos municípios sojicultores é consideravelmente baixa, se comparada aos demais municípios, o que demonstra a controversa reprodução do capital no município. O caso de Tupanciretã, maior produtor de soja em área colhida e em produção é emblemático, com apenas 13,5% da população ocupada. Há um grave caso de desemprego estrutural, gerado pela mecanização (estrangeira) do campo e a ausência de políticas públicas reparatórias de geração de empregos, conforme ilustra o Gráfico 12.

Gráfico 12 - Demonstrativo da população ocupada por municípios em percentual

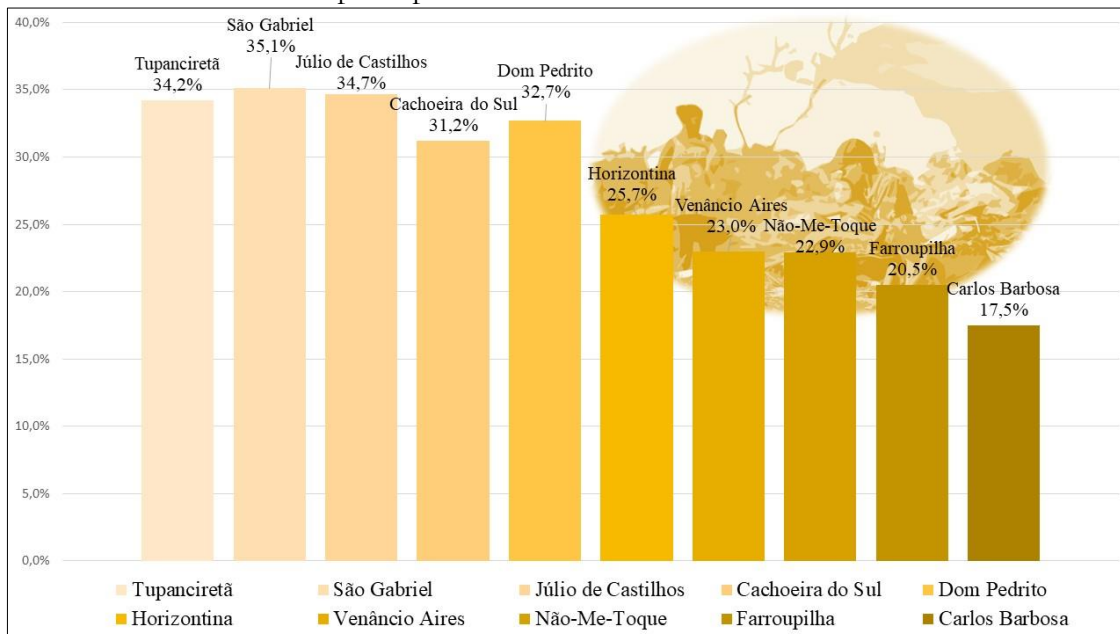


Fonte: IBGE, 2020. Org.: Autores, 2023.

A desassistência econômica vai gerar outro problema social, com dados apresentados pelo IBGE (2010): o percentual da população que ganha até meio salário-mínimo. Quanto maior o índice percentual, pior é a situação do município, pois maior é o contingente de pobreza. Esta situação demonstra a fragilidade da matriz econômica ao apresentar a excessiva vulnerabilidade social de importantes contingentes populacionais. É o que ocorre nos

municípios sojicultores, em comparação com os demais, com destaque para São Gabriel, Júlio de Castilhos e Tupanciretã, como ilustra o Gráfico 13.

Gráfico 13 - Percentual da população com rendimento per capita de até meio salário-mínimo



Fonte: IBGE, 2010. Org.: Autores, 2023.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2017), o município de Tupanciretã totaliza 3.894 pessoas ocupadas na agropecuária, das quais 2.783 (71,5%) trabalham na sojicultura, sendo 1.781 com laços de parentesco com o produtor e 1.002 trabalhadores sem este laço de parentesco. Conclui-se que a sojicultura predomina na agropecuária do município, uma vez que representa o maior contingente de produtores e trabalhadores rurais.

O município de São Gabriel detém 6.629 pessoas ocupadas com a agropecuária, dos quais 1.392 estão na sojicultura (21%). A maioria delas tem laços de parentesco com o produtor no universo agropecuário, 4.601 pessoas, das quais 728 (16%) estão na sojicultura. Há a notificação de 525 trabalhadores permanentes na sojicultura. Percebe-se, portanto, a agropecuária mais diversificada na ocupação de pessoal no município.

No município de Júlio de Castilhos, há 3.472 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, com a sojicultura ocupando 68% (2.367 pessoas), deste contingente, o que demonstra o predomínio da cultura. Há 2.456 pessoas com laços de parentesco com o produtor, sendo 1.548 pessoas (63%) na sojicultura; e 819 trabalhadores sem laços de parentesco com o produtor, 80,5% do universo de empregados rurais castilhenses.

Cachoeira do Sul totaliza 7.825 pessoas ocupadas na agropecuária, considerando-se 5.667 com laços de parentesco com o produtor. Deste universo, 1.493 pessoas (19%),

trabalham com o cultivo de soja, sendo 806 com laço de parentesco com o produtor e 687 trabalhadores sem laços de parentesco com o produtor – 512 com vínculo permanente, 144 de vínculo temporário e 31 parceiros. O município apresenta uma diversidade agropecuária maior que os demais municípios com relação à ocupação de pessoas na agropecuária.

Por fim, Dom Pedrito apresenta 4.216 pessoas ocupadas no espaço rural, das quais 16,5% ocupam-se com a sojicultura. Há 2.007 pessoas com laços de parentesco com o produtor, das quais 243 (12%) estão na sojicultura. Dos 2.209 trabalhadores sem laços de parentesco com o produtor, 21% estão na sojicultura, sendo 356 permanentes, 98 temporários e 9 parceiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo compreende alguns aspectos, de uma ampla pesquisa, que demonstram ser necessária a discussão acerca da prevalência do modelo vigente agroexportador no espaço rural brasileiro. O Estado brasileiro prioriza a predileção pelo modelo sob uma narrativa que apresenta traços frágeis de sustentação científica, ao passo que estabelece a principal remuneração destinada ao agronegócio exportador, negligenciando a maioria dos estabelecimentos rurais brasileiros, da agricultura familiar e da produção de alimentos no país.

Este cenário se expressa de maneira concreta nos municípios sojicultores, hegemonizados pela dinâmica exógena e repleta de promessas às populações regionais. Contrariamente ao que se propugna, a oligopolização no campo não vem apresentando resultados vistosos na geração de emprego e renda aos brasileiros, mas farta concentração fundiária e de riqueza em alguns grupos nacionais e estrangeiros, dominadores da cadeia produtiva da soja. Se, de um lado, concentram-se riqueza e terras em poucas mãos, de outro lado, geram-se a despossessão e a precarização de milhões de camponeses, trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, além de influenciar a insegurança alimentar. Visto que a natureza do modelo vigente é a maximização de lucros com vistas ao mercado exterior, não o mercado nacional e a produção de itens necessários à vida nacional.

Há uma narrativa hegemônica que vocifera em diversos canais de informação acerca da força do agronegócio como sustentáculo do Brasil, um país com cerca de 210 milhões de habitantes. Contudo, como vimos, o segmento não tem interesse nas necessidades elementares deste contingente populacional, bem como das populações onde se regionaliza, que apresentam indicadores sociais inferiores a outras experiências e arranjos econômicos.

Conforme demonstrado neste estudo, a vulnerabilidade social é também preocupante nos municípios sojicultores, em especial a insegurança alimentar, bem como a ocorrência da precarização do trabalho, com a deflagração de inúmeros casos de trabalho análogo à escravidão. Nos cinco principais produtores de soja do Rio Grande do Sul, notam-se significativa vulnerabilidade social, baixos índices de geração de emprego formal, elevados indicadores de famílias em situação de pobreza, saldos elevados de pessoas desempregadas e baixas remunerações salariais.

Constata-se aí a fragilidade da narrativa hegemônica, que apresenta o modelo representado pelo agronegócio agroexportador de *commodities* como o caminho a ser seguido pela nação, desconsiderando-se a realidade social de imensos contingentes populacionais segregados, que não experimentam a propalada pujança do setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS SOCIECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Soja**. Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/soja>. Acesso em: 27 maio 2023.

CONAB. **Safra brasileira de grãos**. Disponível em <https://www.conab.gov.br/info-agro/safra/safra-graos>. Acesso em: 02 jan. 2023.

FACHIN, Odília. **Fundamentos da metodologia científica: noções básicas em pesquisa científica**. São Paulo: Saraiva, 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **Neocolonialidades no Pampa gaúcho**. Campinas: D7 Editora, 2021.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Tabela 6957 - Produção, Valor da produção, Venda, Valor da venda e Área colhida da lavoura temporária nos estabelecimentos agropecuários, por tipologia, produtos da lavoura temporária, condição do produtor em relação às terras e grupos de atividade econômica. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6957>. Acesso em: 02 jan. 2023.

_____. **Cidades**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 jan. 2023.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=pib-por-municipio>. Acesso em: 27 maio 2023.

IEDE-RS. **GEOPORTAL RS - Plataforma de compartilhamento de dados geoespaciais, serviços e aplicações do Estado do Rio Grande do Sul.** Disponível em <https://iede.rs.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2022.

MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Caetés, 1987, p.99-124.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos.** São Paulo: Atlas, 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Plano Safra 2022/2023.** Disponível em <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Balança comercial brasileira.** Disponível em https://balanca.economia.gov.br/balanca/pg_principal_bc/principais_resultados.html#:~:text=At%C3%A9%20a%201%C2%BA%20Semana%20de,US%24%2010%2C80%20bilh%C3%B5es. Acesso em: 13 jan. 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **RAIS 2017 e 2020.** Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/rais/rais-anos-anteriores>. Acesso em: 13 jan. 2023.

_____. **Radar SIT. Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil.** Disponível em <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

_____. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). **RAIS anos anteriores.** Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/rais/rais-anos-anteriores>. Acesso em: 16 abr. 2023.

_____. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). **CAGED 2002-2019.** Disponível em <http://pdet.mte.gov.br/caged>. Acesso em: 16 abr. 2023.

MITIDIERO JR, Marco Antonio; GOLDFARB, Yamila. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo.** Revista Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. ISBN 978-65-87504-26-1. Setembro, 2021.

MORIN, Edgar. **O método II: a vida da vida.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.

POCHMANN, Marcio. **Retrato de um país regredido.** In Instituto Humanitas Unisinos, 14/07/2021. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/611052-retrato-de-um-pais-regredido-artigo-de-marcio-pochmann>. Acesso em: 13/01/2023.

PRADO JR, Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

REDE PENSSAN. **Insegurança alimentar e Covid-19 no Brasil.** Disponível em <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

REVISTA FORBES. **Forbes Agro100 2022: As maiores empresas do agronegócio brasileiro.** Disponível em <https://forbes.com.br/forbesagro/2023/01/lista-forbes-agro100-2022-as-maiores-empresas-do-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** São Paulo: Record, 2009.

SOARES, Herick Vazquez. **O mercado de trabalho na cadeia da soja em Mato Grosso: emprego, renda e condições na agricultura capitalista.** Araraquara: Uniara, 2018. Disponível em https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/3/6_Herick_Soares.pdf. Acesso em: 13 jan. 2023.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea.** São Paulo: Atlas, 2007.

VALADARES, Alexandre; GALIZA; OLIVEIRA, Tiago. **A reforma trabalhista e o trabalho no campo.** Repositório do Conhecimento do IPEA. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8131>. Acesso em: 13 jan. 2023.

Recebido em maio de 2023
Aceito em outubro de 2023